



Subsecretaria de Política Fiscal

Nota Técnica nº 05/2016 SUPOF/SEFAZ/RJ

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2016.

Assunto: A Evolução Fiscal e a Prestação do Serviço Público

I – Introdução

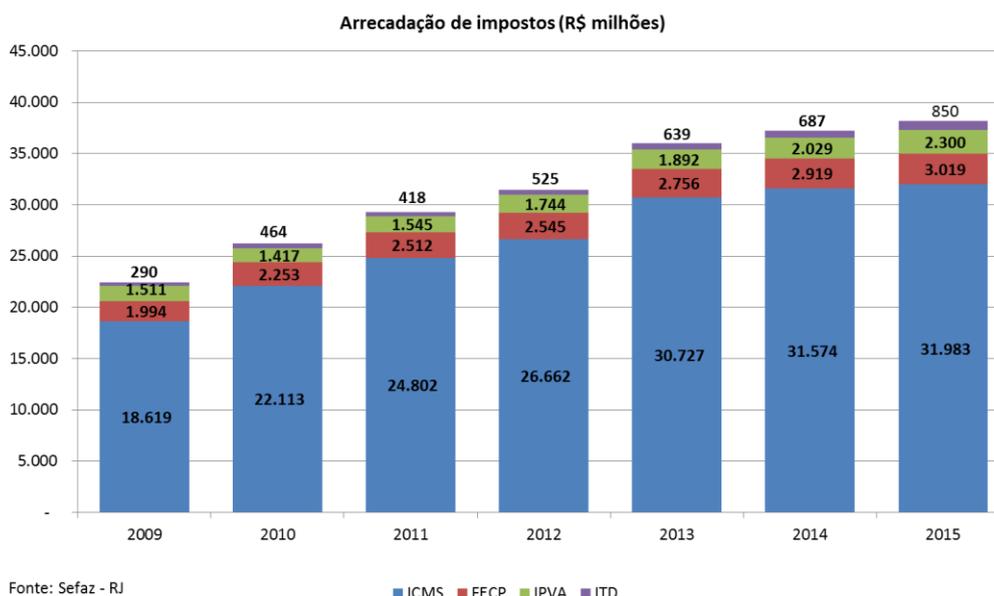
1. A presente Nota Técnica analisa a evolução fiscal do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos ao abordar o desempenho da arrecadação tributária a nível estadual, bem como a avaliação das despesas de pessoal e da adequada prestação dos serviços públicos essenciais.

II. Evolução Fiscal e a Prestação do Serviço Público

2. O desempenho da arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro apresentou crescimento auspicioso nos últimos anos. Entretanto, o ERJ, assim como outros entes federados, não passou incólume diante do agravamento do cenário econômico.

3. A arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro registrou forte desaceleração nos dois últimos anos, em linha com o quadro de retração da economia brasileira. O gráfico abaixo ilustra a evolução da arrecadação dos impostos de competência do Estado.

Subsecretaria de Política Fiscal



4. A receita destes principais impostos vinha observando elevado crescimento de 2009 a 2013. Neste período a arrecadação das principais tributárias apresentou na média um crescimento nominal de 11,37% a.a. Numa análise conjunta desses tributos, no ano de 2015 houve aumento de apenas 2,5% da receita, destoando da média verificada no período anterior.

5. Diante deste quadro de rápida deterioração das expectativas, associada à falta de uma agenda de reformas estruturantes e a paralisação de grandes obras, decorrente da crise instalada na maior empresa do país, o Tesouro do ERJ sofreu efeitos imediatos sobre a geração de caixa.

6. Neste contexto, a partir de meados do ano de 2014, a arrecadação de ICMS, que guarda forte correlação com o nível da atividade econômica do Estado, verificou reiteradas frustrações de receita.

7. Como já mencionado, o arrefecimento da economia contribuiu para queda na arrecadação não somente dos Estados, mas também do Governo Federal. A retração da receita de impostos federais impactou diretamente os resultados obtidos pelo Tesouro Estadual.

Subsecretaria de Política Fiscal

8. Neste particular, os recursos referentes às Transferências Constitucionais estão condicionados ao desempenho arrecadatório por parte da União. Ademais, a política anticíclica baseada na desoneração tributária implementada pelo Governo Federal acabou por corroborar a redução dos repasses financeiros aos Estados.

9. Cabe destacar, também, que o fim do ciclo de alta dos preços das commodities contribuiu, sobremaneira, para o agravamento da situação fiscal do Estado. A arrecadação oriunda dos royalties e participação especial apresentou queda nominal da ordem de 40% de 2014 para 2015.

10. Nota-se, que os investimentos na contratação e valorização de servidores em áreas sensíveis para melhor prestação de serviços à população, em especial às mais vulneráveis, de fato ensejou aumentos substanciais das despesas de Estado.

11. O déficit de pessoal e a baixa remuneração dos quadros existentes em diversas áreas, a saber: Segurança e Educação associado à crescente capacidade financeira do Estado possibilitou um realinhamento das despesas com pessoal.

12. Neste diapasão, a tabela abaixo confirma o substantivo incremento quantitativo de servidores do Estado entre janeiro de 2007 e março de 2016, em especial na área da Segurança. Verifica-se, também, que a Secretaria de Educação (SEEDUC) permanece como o maior contingente de pessoal (ativos e inativos) superando a marca de 160.000 servidores.

13. Neste sentido, assevera-se que a Política de Estado postulada, privilegiou a prestação dos serviços públicos essenciais na medida em que fortaleceu os quadros do funcionalismo público nas áreas notadamente prioritárias.

Comparativos 2007/2016 do Número de Servidores

	PMERJ		CBMERJ		PCERJ		SEAP		SEEDUC	
	jan/07	mar/16	jan/07	mar/16	jan/07	mar/16	jan/07	mar/16	jan/07	mar/16
ATIVO	39.482	48.556	14.970	15.843	10.392	10.192	4.349	6.328	90.685	86.220
INATIVO	19.486	24.096	4.006	6.404	6.301	6.244	1.250	2.042	58.034	82.550
TOTAL	58.968	72.652	18.976	22.247	16.693	16.436	5.599	8.370	148.719	168.770

Fontes: SAPE/SIGRH

Subsecretaria de Política Fiscal

14. Com efeito, as tabelas abaixo ratificam que nos últimos anos a despesa com pessoal no ERJ apresentou substancial crescimento, não tão somente no Poder Executivo, mas também nos demais Poderes. Há de se destacar, que as despesas com inativos e pensionistas alcançaram proporções semelhantes aos ativos, na observância da atual legislação previdenciária.

EVOLUÇÃO DESPESA DE PESSOAL DO ERJ (Valores Nominais)

TIT GRUPO DESPESA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Δ% 2015/2009
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.997.602.456	21.349.905.289	24.114.112.591	27.121.745.521	32.819.509.719	34.412.142.688	37.439.881.288	97%
ATIVOS	11.602.410.143	13.261.938.181	14.590.281.749	16.716.053.312	20.858.332.286	20.466.753.470	21.866.744.778	88%
PODER EXECUTIVO	8.643.091.660	9.942.181.893	11.061.280.766	12.842.631.471	16.562.178.863	15.869.206.499	16.851.178.224	95%
DEMAIS PODERES	2.959.318.483	3.319.756.289	3.529.000.983	3.873.421.842	4.296.153.423	4.597.546.971	5.015.566.554	69%
INATIVOS E PENSIONISTAS	7.395.192.312	8.087.967.108	9.523.830.842	10.405.692.208	11.961.177.433	13.945.389.218	15.573.136.510	111%
PODER EXECUTIVO	5.907.879.680	6.500.808.226	7.828.285.095	8.631.263.909	10.001.101.273	11.811.306.484	13.175.309.553	123%
DEMAIS PODERES	1.487.312.632	1.587.158.882	1.695.545.747	1.774.428.300	1.960.076.160	2.134.082.734	2.397.826.957	61%

Fonte: SEFAZ/SIG

15. Como se sabe, o sistema previdenciário é objeto de intenso debate. Entretanto, a legislação atual é essencialmente de escopo federal, o que limita a margem de formulação de políticas por parte dos Estados. Neste sentido, a que se fazer algumas considerações com relação ao atual quadro:

- a. Os servidores do Estado do Rio de Janeiro aposentam, em média, aos 54 anos de idade. Isso é resultado dos quadros em sua maioria ser de servidores que podem se aposentar com 5 anos a menos de idade e contribuição. São eles os professores, militares e algumas carreiras da saúde com exposição à riscos. Esses servidores correspondem a 66% do total de servidores ativos do Estado, ou seja, apenas 34% dos servidores do Estado estão na regra geral de aposentadoria.
- b. Atualmente a média de recebimento de um benefício de aposentadoria é de 20 anos e de um benefício de pensão é de 12 anos. Se somarmos os dois benefícios (ordem natural é aposentadoria e depois a pensão), teremos, em média, um benefício sendo pago por 32 anos. Remete à necessidade de aumentar o tempo de serviço/contribuição (aumento de idade de aposentadoria).



Subsecretaria de Política Fiscal

c. O Estado realizou em 2013 a reestruturação econômica/financeira/atuarial do seu sistema previdenciário criando um Fundo novo e saudável, o Capitalizado e também a Previdência Complementar.

d. Atualmente a maioria dos benefícios (88%) é pago tendo como regra a paridade. Isto quer dizer que qualquer gestão de recursos humanos para a melhoria de salários dos servidores impacto quase na mesma proporção nos inativos e pensionistas.

16. Assim, nota-se que os prementes ajustes de ordem previdenciária são de fundamental importância para racionalizar as despesas públicas e aprofundar as transformações sociais. Entretanto, a questão ultrapassa as Políticas Estaduais e abriga uma discussão a nível federal.

17. No que tange, em específico, à composição do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de uma visão da distribuição quantitativa e representatividade na folha de pagamento, percebe-se que os servidores inativos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro têm sua participação relativa na folha 10 p.p. superior à sua distribuição quantitativa. Sob este prisma, é possível afirmar que a área da Segurança no Estado é prioritária e tem elevada estima na composição relativa da folha de pagamento.

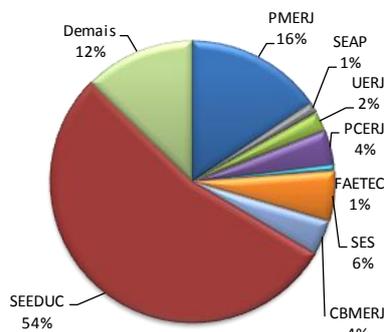
18. Com relação aos ativos destacam-se os quadros da Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, que assim como a Polícia Militar no caso dos inativos, dispõem de elevados vencimentos em termos relativos.



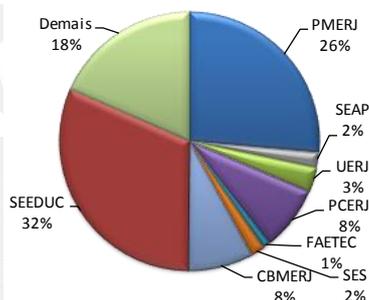
Subsecretaria de Política Fiscal

Composição do Quadro de Pessoal do Poder Executivo por Órgão e Tipo de Vínculo (Inativos)
Dados de Novembro de 2015

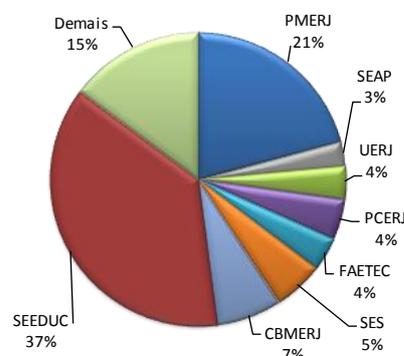
Distribuição Quantitativa - INATIVOS



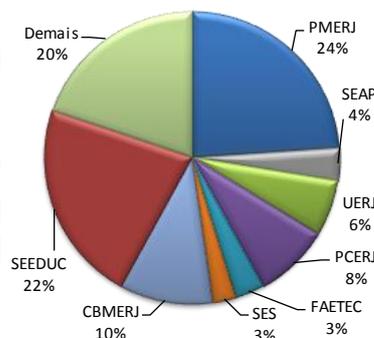
Representação Folha Pagamento - INATIVOS



Distribuição Quantitativa - ATIVOS



Representação Folha Pagamento - ATIVOS



Fonte: Caderno Recursos Humanos - SUBAP

III. Considerações Finais

19. Em face aos esforços envidados pelo Estado para assegurar o melhor serviço à população, medidas tem sido tomadas para que se preservem os direitos dos servidores e garanta a continuidade deste legado.

20. Entretanto, há de ser notado, que o agravamento do cenário econômico acometeu de forma severa e sem precedente as finanças do Estado ao reduzir a previsibilidade da geração de caixa e capacidade fiscal do Rio de Janeiro.



Subsecretaria de Política Fiscal

21. Portanto, diante desta nova realidade, o Estado deve responder ao agravamento do cenário econômico com uma reorientação da política fiscal. Cabe ressaltar iniciativas como o corte de gratificações de servidores e a renegociação dos contratos relativos ao custeio da Administração, sem negligenciar as conquistas dos servidores. Pelo lado da receita, o ERJ tem aumentado os esforços fiscalizatórios e perseguido à redução do inadimplemento dos grandes contribuintes.

Henrique Reis Pompeu de Moraes
Analista da Fazenda Estadual

Liliane Figueiredo da Silva
Coordenadora de Projeções e Acompanhamento de Metas Fiscais

Raphael Phillipe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal

Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,

Julio Cesar Carmo Bueno
Secretário de Estado de Fazenda